

Boletim OPA - Informação pelo Direito à Educação - Mensal - Ano III N°33 – Fevereiro de 2007
Em Foco

Temas de destaque sobre o direito à educação

A obrigatoriedade dos ensinamentos de Sociologia e Filosofia na educação básica

Os ensinamentos de Sociologia e Filosofia tornaram-se obrigatórios em todo o território nacional, passando a componente curricular básico do ensino médio das redes pública e privada graças à Resolução n.º 4, de 16 de agosto de 2006, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE). Esta norma teve como fundamento o Parecer n.º 38/2006, aprovado em 7 de julho de 2006, regulamentando o inciso III, do §1º, do art.36, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional –LDB (Lei n.º 9.394/1996).

O prazo máximo para a adequação dos sistemas ao que determina a Resolução n.º 4/2006 é de um ano, contado de sua publicação. Ou seja, a partir de 16 de agosto de 2007, todo estudante de ensino médio pode exigir a inclusão de tais disciplinas em sua grade curricular, devendo as escolas e os sistemas de ensino adotar imediatas medidas para o cumprimento desse direito educacional.

Entenda melhor a situação lendo o [texto na íntegra](#)

Legislação e Jurisprudência

O que diz a lei e o que dizem os tribunais sobre a lei

Segundo a Constituição Federal de 1988, somente a União pode legislar sobre “diretrizes e bases da educação nacional” (art.22, XXIV). Por isso, a Lei n.º 9.131/1995, art.9º, c, atribui ao Conselho Nacional de Educação (CNE) a tarefa de deliberar sobre as diretrizes curriculares propostas pelo MEC. Tal deliberação é tomada através de Resolução, tendo caráter normativo, ou seja, obrigatório em relação às instituições e sistemas de ensino aos quais se dirige.

Para ver a íntegra da Resolução n.º4/2006, que torna obrigatório os ensinamentos de Sociologia e Filosofia, [clique aqui](#).

Para acessar o Parecer n.º38/2006 – também do CNE – que fundamenta a decisão da União, [clique aqui](#).

Boas Práticas

Informes de defesa e promoção do direito à educação pelo país

Em São Paulo, a Promotoria da Infância e Juventude de Ribeirão Preto realiza diligência, com a participação de técnicos da Escola de Engenharia de São Carlos (USP) e da Ação Educativa, para averiguar a adequação das reformas das “escolas de lata” naquele município. [Leia a notícia](#).

No Distrito Federal, o Procurador Geral da República envia Parecer ao STF no qual considera inconstitucional a cobrança para a emissão de diplomas, histórico escolar e certificado de conclusão de cursos universitários. [Leia a notícia](#).

Em Goiás, o Ministério Público Federal abriu inquérito para apurar se as escolas e faculdades federais estão seguindo a norma que determina a contratação de intérpretes de Libras (línguas dos sinais) para os alunos surdos. [Leia a notícia](#).

Estudos

Artigos e teses que têm a educação e sua defesa como tema

A Educação entre os Direitos Humanos, organizado por Sérgio Haddad e Mariângela Graciano

Este livro apresenta uma série de artigos tratando de temas relacionados à defesa do direito à educação através dos mecanismos internacionais e nacionais de proteção dos direitos humanos, caminhando de sua conceituação jurídica à análise empírica do comportamento do Poder Judiciário frente às demandas por educação. Participam da publicação, além dos organizadores, dentre outros, a Ex-Relatora Especial da ONU para o Direito à Educação – Katarina Tomasevski, o atual Relator – Vernor Muñoz, e as Professoras Flávia Piovesan (PUC-SP) e Maria Malta Campos (PUC-SP/Fundação Carlos Chagas). Referência: HADDAD, Sérgio, GRACIANO, Mariângela (Orgs.) A educação entre os direitos humanos. Campinas,SP; Autores Associados; São Paulo, SP: Ação Educativa, 2006.- (Coleção educação contemporânea)

Dicas

Eventos, páginas eletrônicas e oportunidades

A Ação Educativa realizará, entre março e setembro deste ano, o Curso “**Cidadania e Direito à Educação**”, tendo como objetivo formar e qualificar defensores do direito à educação de qualidade, capazes de atuar em suas comunidades e escolas, identificando as violações e utilizando os mecanismos de defesa.

O curso é voltado para educadores, lideranças populares, militantes de movimentos sociais e ONGs. Terá a seguinte programação:

| CURSO: CIDADANIA E DIREITO À EDUCAÇÃO Formando Defensores Populares do Direito à Educação | |
|--|---|
| Março | |
| Sábado, dia 31/03/2007 | Tópico 1: Apresentação do Curso e dos Participantes: colhendo expectativas e sugestões. |
| Abril | |
| Sábado, dia 14/04/2007 | Tópico 2: Cidadania, Direitos Humanos e Educação. |
| Maio | |
| Sábado, dia 12/05/2007 | Tópico 3: Desigualdades e Direito à Educação no Brasil: o torto e o direito. |
| Junho | |
| Sábado, dia 02/06/2007 | Tópico 4: O Direito à Educação na Legislação: princípios, estrutura e organização do ensino do ensino; conteúdo do direito à educação. |
| Sábado, dia 30/06/2007 | Tópico 5: Financiamento, gestão e controle social da educação e da escola. |
| Agosto | |
| Sábado, dia 04/08/2007 | Tópico 6: Equidade, diversidade e qualidade na educação escolar. |
| Setembro | |
| Sábado, dia 01/09/2007 | Tópico 7: Mecanismos Institucionais de Defesa do Direito à Educação. |
| Sábado, dia 29/09/2007 | Tópico 8: Planejamento de Ações. |

As inscrições estão abertas **até o dia 20 de março de 2007**. Para participar da seleção, acesse nossa página eletrônica: www.acaoeducativa.org.br.

Assine o OPA!

Institucional

O Boletim Eletrônico **OPA – Obstáculos e Possibilidades de Acesso** tem o objetivo de difundir o direito à educação pública, gratuita e de qualidade, valorizando as boas práticas de utilização de seus mecanismos de defesa. Participe! Conte sua experiência ou mande comentários, críticas ou sugestões para acaonajustica@acaoeducativa.org. Para cancelar, envie uma mensagem com o assunto “cancelamento”.

Expediente

Redação: Rafael Macedo e Salomão Ximenes

Edição e Coordenação Editorial: Michelle Prazeres e Salomão Ximenes

Assessoria de Informática: Mário Sérgio de Thomaz

Assessoria de Web e Projeto Gráfico: Gledson Neix



Ação Educativa – Programa Ação na Justiça Rua General Jardim, 660. São Paulo – SP. CEP: 01223-010
Fone/Fax: (55-11) 3151.2333 Ramais: 146/162

www.acaoeducativa.org/acaonajustica